

PARA ALÉM DO VISÍVEL: PELA ADOÇÃO DE UM PARADIGMA EMANCIPATÓRIO EM AUDIODESCRIÇÃO¹

Manoela Cristina Silva¹

Alessandra Barros¹

¹Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Resumo: A Audiodescrição (AD) é uma modalidade de tradução que visa tornar materiais audiovisuais acessíveis. Seu público primário é formado por pessoas cegas ou com baixa visão para as quais o recurso é uma fonte de informação e lazer. Nos últimos anos, a qualidade das descrições oferecidas e sua adequação ao público-alvo têm se tornado questões de extrema relevância, levando pesquisadores a repensar certos parâmetros que vêm guiando a área. Um desses pontos a serem revistos é o caráter compensatório tradicionalmente atribuído à AD, segundo o qual o audiodescritor passa a ser “o olho” de quem não vê e a AD o instrumento que compensa a “perda” da visão. A ideia de que a experiência de videntes e pessoas com deficiência visual deva ou possa ser igualada, e de que esse deva ser o objetivo final da AD, acaba por resgatar conceitos há muito abandonados, como, por exemplo, o ideal de “equivalência”. Neste trabalho discutimos as raízes e consequências negativas dessa prática, bem como apresentamos um paradigma alternativo: o paradigma emancipatório. Sob esse novo viés, a AD supera tendências assistencialistas, contribuindo para que seu público tenha maiores condições de fruir produtos audiovisuais a seu próprio modo.

Palavras-chave: Tradução Audiovisual; Acessibilidade; Audiodescrição; Deficiência Visual

¹ O presente texto contém ideias originalmente apresentadas na tese de doutoramento intitulada *Para além do visível: princípios para uma audiodescrição menos visocêntrica*, defendida em fevereiro de 2019 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).



BEYOND THE VISIBLE: FOR THE ADOPTION OF AN EMANCIPATORY PARADIGM IN AUDIO DESCRIPTION

Abstract: Audio description (AD) is a type of translation that aims at making audiovisual materials accessible. Its primary audience is made up of blind or low vision people for whom the resource is a source of information and leisure. In recent years, the quality of the descriptions offered and their suitability for the target audience have become extremely relevant issues, leading researchers to rethink certain parameters that have been guiding the area. One of these points to be reviewed is the compensatory character traditionally attributed to AD, according to which the translator becomes “the eye” of those who do not see and AD becomes the instrument that compensates for their “loss” of vision. The idea that the experience of sighted and visually impaired people should or even could be equated, and that this should be the ultimate goal of AD ends up rescuing long-abandoned concepts, such as, for example, the ideal of “equivalence”. In this paper, we discuss the roots and negative consequences of this practice, as well as present an alternative option: the emancipatory paradigm. Under this new paradigm, AD overcomes assistentialist tendencies, contributing to better help its target audience enjoy audiovisual products in their own way.

Keywords: Audiovisual Translation; Accessibility; Audio Description; Visual Impairment

1. Introdução

A Tradução Audiovisual (TAV) é a subárea dos Estudos da Tradução cujo foco são os textos audiovisuais, ou seja, textos que se caracterizam pela utilização simultânea dos canais acústico e visual e, conseqüentemente, pela presença de sons e imagens. A atual revolução multimídia, aliada à pressão para tornar os produtos audiovisuais acessíveis a todos os tipos de público, inclusive pessoas com deficiência, tem dado origem a novas modalidades de TAV como, por exemplo, a audiodescrição (AD).

A AD pode ser entendida como uma modalidade de tradução audiovisual intersemiótica na qual signos não verbais (imagens)

são traduzidos por meio de signos verbais (palavras). As imagens em questão podem ser tanto de natureza estática (pinturas, esculturas, mapas, gráficos etc.) quanto dinâmica (filmes de cinema, programas de TV, peças de teatro, espetáculos de dança etc.). Em ambos os casos, o princípio básico que norteia o trabalho é o mesmo: tornar acessíveis, por meio de palavras, informações-chaves transmitidas de modo essencialmente visual. Dessa maneira, o audiodescritor garante o apoio necessário àquelas pessoas que teriam seu acesso às imagens impedido ou dificultado. Para tanto, no caso das imagens dinâmicas, o tradutor aproveita-se das pausas dos diálogos ou momentos de silêncio para inserir descrições do cenário, figurino, personagens etc., bem como informações sobre mudanças espaço-temporais. Já no caso de imagens estáticas, essas descrições contêm informações como autoria, estilo, dimensão, cor, textura etc., assim como a verbalização de qualquer texto escrito que acompanhe as imagens (balões em histórias em quadrinhos ou charges, por exemplo).

A audiência primária da AD é formada por pessoas cegas ou com baixa visão, o que, no caso do Brasil, equivale a cerca de 35 milhões de indivíduos de acordo com o último censo demográfico conduzido pelo IBGE.² Contudo, essas não são as únicas pessoas a se beneficiarem do recurso. A AD também tem se mostrado útil para públicos com outras necessidades específicas, como autistas e pessoas com deficiência intelectual. Além disso, o seu uso parece trazer vantagens até mesmo para videntes ao enriquecer o vocabulário de crianças pequenas quando associada à contação de histórias, ou como um recurso para estrangeiros aprendendo uma nova língua. Por fim, é importante também pontuar a utilidade da ferramenta como suporte extra para os idosos, um contingente de potenciais usuários da AD que tende a crescer quando se leva em consideração o aumento da expectativa de vida e o gradual envelhecimento da população.

² Para consultar os dados sobre pessoas com deficiência do censo 2010, visitar: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso: 14 fev. 2020.

A AD nasceu nos Estados Unidos em meados da década de 1970. No início, ela era entendida apenas como uma espécie de ferramenta de tecnologia assistiva.³ As primeiras referências ao recurso em publicações especializadas na área de tradução datam do início dos anos 2000. Essa entrada mais tardia da AD no escopo da TAV trouxe consigo algumas consequências negativas. Os parâmetros presentes nos primeiros guias da área, por exemplo, foram criados num momento em que não se utilizava uma perspectiva tradutória para normatizar a prática de se audiodescrever imagens. Então, era comum se preconizar a neutralidade e a objetividade como se fosse possível evitar qualquer tipo de interpretação por parte do audiodescritor. Também era comum se recomendar uma narração neutra, independentemente do tipo de material descrito. Atualmente, todas essas recomendações têm sido postas em xeque. No entanto, vários outros pontos ainda precisam ser discutidos e revistos. Um deles se refere à lógica compensatória adotada por muitos profissionais da área.

Entende-se por paradigma compensatório a perspectiva a partir da qual o audiodescritor passa a ser “o olho” de quem não vê e a AD o instrumento que compensa a “perda” associada à falta de visão. Essa é a lógica por trás das definições de AD encontradas nos primeiros guias:

A audiodescrição é um serviço de apoio à comunicação que consiste em um conjunto de técnicas e habilidades aplicadas com o objetivo de **compensar** a carência de captação de informação visual contida em qualquer tipo de mensagem, fornecendo uma informação sonora adequada que a traduz ou explica, de maneira que o possível receptor com deficiência visual perceba a referida mensagem como um todo harmônico e **da forma mais parecida com a qual a**

³ O termo tecnologia assistiva se refere aos diferentes recursos utilizados para prover assistência, reabilitação e melhor qualidade de vida a pessoas com deficiência, garantindo-lhes maior autonomia, independência e inclusão social.

percebe uma pessoa que vê. (Asociación Española de Normalización y Certificación 4, *grifo nosso, tradução nossa*)⁴

A partir de uma definição como essa, é possível perceber que a pessoa com deficiência visual não é vista como uma pessoa completa em si mesma e com direito a uma interpretação própria e, igualmente, aceitável, mas ela é compreendida a partir de e em comparação ao ideal normovisual.

A ideia de que a experiência de videntes e pessoas cegas ou com baixa visão deva ou possa ser igualada, e de que esse deva ser o objetivo final da AD, no entanto, não está restrita aos guias mais antigos da área. É possível encontrar afirmações como essa em dissertações, teses e artigos sobre a temática, inclusive em textos mais recentes de grandes pesquisadores da AD:

Trata-se, então, de que se elabore uma película audiodescrita (PA) que seja comunicativamente equivalente à película original (PO) e **que evoque o mesmo efeito nos receptores cegos que a película original nos receptores videntes.** (Limbach 2, *grifo nosso, tradução nossa*)⁵

Para Benecke, “uma boa audiodescrição é aquela que coloca os cegos e deficientes visuais **no mesmo grau de compreensão dos videntes**” quando assistem aos produtos audiovisuais. (Costa 16, *grifo nosso*)

⁴ “La audiodescripción es un servicio de apoyo a la comunicación que consiste en el conjunto de técnicas y habilidades aplicadas con objetivo de compensar la carencia de captación de la parte visual contenida en cualquier tipo de mensaje, suministrando una adecuada información sonora que la traduce o explica, de manera que el posible receptor discapacitado visual perciba dicho mensaje como un todo armónico y de la forma mas parecida a como lo percibe una persona que ve.”

⁵ “Se trata, por consiguiente, de que se elabore una película audiodescrita (PA) que sea comunicativamente equivalente a la película original (PO) y que evoque el mismo efecto en los receptores ciegos que la película original en los receptores videntes.”

Braun (2007) define a tarefa do audiodescritor como ‘... permitir que o público cego construa um modelo mental de cada situação, ou até mesmo do filme todo, **similar aos modelos construídos pelos espectadores que enxergam....**’. (Seoane 32, *grifo nosso*)

Diante de citações como essas, é preciso que nos questionemos: Por que é tão importante que a AD iguale as experiências/efeitos/compreensões (ou qualquer outro termo que venha a ser usado) de cegos e videntes? Isso é sequer possível quando o cérebro de alguém que vê e de alguém que não vê processa informações de modo diferente? Será que o objetivo final da AD não deveria ser o de conferir às pessoas com deficiência visual condições para construir seus próprios significados? A adoção de uma perspectiva compensatória resgata conceitos como o antigo ideal de “equivalência” e o modelo médico de deficiência, noções há muito superadas tanto na área dos Estudos da Tradução quanto dos Estudos sobre Deficiência. Essa conduta, em última instância, também afeta a qualidade das ADs produzidas. Nas seções a seguir, portanto, nos propomos a discutir as raízes e consequências negativas dessa prática, bem como a apresentar um paradigma alternativo.

2. A lógica compensatória em AD

Hoje, a AD é reconhecida como uma modalidade de TAV. Entretanto, como pontuado anteriormente, isto não foi sempre assim. O embate ocorrido entre Díaz Cintas, teórico dos Estudos da Tradução, e Hyks, uma das pioneiras em audiodescrição na Inglaterra, pode ser usado para ilustrar o *status* da AD no início dos anos 2000:

Em 2005, por exemplo, num mesmo número da revista *Translating Today*, enquanto Díaz Cintas argumenta a favor da inclusão da audiodescrição no escopo da tradução audiovisual, Hyks defende a idéia oposta, ou seja, de que

a audiodescrição e a tradução seriam atividades complementares, mas diferentes. Para ela, uma tradução seria uma reprodução fiel, uma transposição de um material de uma língua para outra e, portanto, diferente de uma audiodescrição, que seria uma síntese das informações visuais mais relevantes. (Silva 12)

A visão de Hyks, como a de outros pioneiros, mudou à medida que sua familiaridade com a área da Tradução aumentou. Dois desses pioneiros, por exemplo, o norte-americano Joel Snyder e o alemão Bernd Benecke, são hoje PhDs em Tradução. Contudo, ao contrário do que a colocação de Hyks pode levar alguns a acreditar, ao afirmar que a AD traduz os elementos visuais de um determinado material, de maneira alguma se quer insinuar que a AD seja um modo pelo qual o tradutor consiga transmitir de maneira objetiva todos os significados contidos no texto de partida. A ideia de que o ato tradutório seja meramente a transferência de significados fixos e estáveis foi desconstruída ao se reconhecer no tradutor um leitor. Uma vez que o próprio texto de partida apresenta diversos significados em potencial, ou seja, permite diversas leituras a depender do contexto em que está inserido e de quem o lê, não existe um único original, mas várias possíveis leituras e, conseqüentemente, várias possíveis traduções de um mesmo texto.⁶

Fica claro, portanto, que a partir da adoção de uma perspectiva como essa, a noção de “equivalência” enquanto objetivo final ou, até mesmo, uma meta tangível em tradução é posta em xeque. Contudo, a leitura atenta das citações sobre AD apresentadas na introdução deste texto parece apontar para o fato de que, mesmo inconscientemente, audiodescritores ainda persigam essa quimera, tentando traduzir imagens de modo a garantir que pessoas com deficiência visual e videntes tenham percepções equivalentes. Esse, no entanto, não é o único conceito problemático legitimado pela adoção do paradigma compensatório em AD. Ao assumir essa

⁶ Essa perspectiva é adotada, por exemplo, pela tradição derridiana e por correntes pragmáticas e funcionalistas.

perspectiva, os audiodescritores acabam por validar as ideias subjacentes ao modelo médico de deficiência.

A visão sobre deficiência de um determinado grupo social é influenciada por questões de ordem histórica, econômica, política e cultural. Isto significa que diferentes paradigmas têm instruído a maneira pela qual a sociedade entende e reage ao fenômeno. Um desses paradigmas ficou conhecido como o modelo médico de deficiência. A partir do século XIX, quando a evolução da medicina permitiu contrastar o corpo com impedimentos com o padrão de um corpo considerado normal, a deficiência passou por um processo de “desencantamento”. A partir de então, começou-se a entender que “as causas dos impedimentos não estariam mais no pecado, na culpa ou no azar, mas na genética, na embriologia, nas doenças degenerativas, nos acidentes de trânsito ou no envelhecimento” (Diniz, Barbosa & Santos 68).

Segundo essa lógica, portanto, a deficiência é a consequência natural de uma lesão em um corpo. Ela é também uma desvantagem natural, “devendo os esforços se concentrarem em reparar os impedimentos corporais, a fim de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie” (Diniz, Barbosa & Santos 67). A meta, portanto, deve ser a busca pela normalidade, isto é, pela “cura”, quer seja através da reabilitação, da educação ou, com os avanços científicos no campo do planejamento familiar, da genética. Essa concepção alimenta a visão da deficiência enquanto uma tragédia pessoal e dos “deficientes” como doentes, incapacitados e anormais. Por isso, esse modelo passou a receber duras críticas por parte de movimentos em prol dos direitos das pessoas com deficiência a partir da década de 1960. O questionamento da relação de causalidade e dependência entre impedimentos e desvantagens sociais deu margem, então, ao nascimento de novos paradigmas.⁷

⁷ É importante frisar que modelos anteriores não são exatamente superados e completamente substituídos por seus sucessores. Isso significa que diferentes paradigmas coexistem num mesmo momento histórico, pois representam a visão de diferentes grupos sociais quanto ao fenômeno da deficiência.

Hoje, a tendência é a adoção do modelo biopsicossocial. Sob esse prisma, o fenômeno da deficiência é interpretado como sendo o resultado da influência mútua das barreiras⁸ atribuídas pelo meio social com os limites de natureza física, sensorial e intelectual da pessoa. Então, ao invés de alimentar a visão da deficiência enquanto uma tragédia pessoal e dos “deficientes” como seres menores, esse paradigma entende o corpo com impedimentos simplesmente como mais uma manifestação da diversidade humana. Segundo essa perspectiva, “o ser humano ‘normal’ é precisamente o ser humano ‘diverso’, e é isso que nos enriquece enquanto espécie” (Carletto; Cambiaghi 11). Portanto, é dever da sociedade eliminar as barreiras e promover o respeito, a aceitação e o suporte necessário para as diferenças. A premissa é a mesma adotada pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, ou seja, a de que todos nascemos iguais em dignidade e direitos e que devemos agir com espírito de fraternidade uns para com os outros.

A adesão a um paradigma como esse traz profundas alterações não só em termos de garantias de direitos e políticas públicas, mas também no modo como a acessibilidade passa a ser entendida. Quando se enxerga a deficiência sob o prisma do modelo biopsicossocial, a AD deixa de ser encarada como uma ferramenta assistencialista, uma benesse cujo objetivo primordial seja o de aplacar a “perda” advinda da falta da visão. Sob esse viés, a AD passa a ser entendida como uma ferramenta que tem o potencial de garantir usabilidade alargada, podendo ser benéfica não só a sua audiência primária, mas a usuários de múltiplos perfis (crianças, adultos e idosos, com ou sem deficiência). Além disso, reconhece-se também o fato de que cada um desses públicos irá fruir as traduções

⁸ O *Estatuto da Pessoa com Deficiência* em seu artigo 3º define barreiras como: “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (Gabrilli 20). As barreiras podem ser urbanísticas, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas, nos transportes, nas comunicações e na informação.

de um modo particular, ou seja, as interpretações resultantes das informações oferecidas pela AD serão sempre absolutamente pessoais e subjetivas.

No caso da audiência primária da AD, é preciso que se leve em conta, inclusive, a grande heterogeneidade desse público. Ao falar de deficiência visual, podemos estar nos referindo desde a pessoas com total ausência de visão e sem qualquer memória visual até a indivíduos que possuem perda de visão central ou periférica (“visão em túnel”), mas cujo resíduo visual está num limiar mais próximo do padrão de normalidade. Essas diferenças, aliadas à história de vida de cada indivíduo, irão influenciar a maneira como as ADs serão recebidas. Desse modo, assim como cada vidente terá uma interpretação diferente diante de uma determinada imagem, o mesmo ocorrerá com o público primário da AD. Logo, seria ingenuidade, por exemplo, acreditar que o mero fornecimento de dados de natureza visual a uma pessoa que nunca enxergou resultaria em percepções análogas às dos videntes, ou pior, que esse se constituiria no objetivo precípuo da AD. Respeitar as idiosincrasias do público com deficiência visual é também reconhecer seu direito a uma interpretação própria e igualmente aceitável das imagens audiodescritas. Então, se o que se deseja é atender suas necessidades e preferências, o paradigma compensatório precisa ser superado. E conhecer as raízes do problema pode ser uma estratégia muito útil nesse sentido.

Dois fatores parecem estar intimamente ligados à tendência de se audiodescrever com o objetivo de compensar uma pseudoperda por parte do público com deficiência visual: 1- o pouco conhecimento demonstrado pelos profissionais da área acerca da cegueira e da baixa visão, e 2- o visocentrismo que ainda permeia a atividade da AD.

Muitos audiodescritores têm o primeiro contato com a cegueira e a baixa visão nos cursos de formação inicial. Antes dos treinamentos, eles não convivem com pessoas com deficiência visual e, mesmo após sua capacitação, muitos continuam a deter apenas um conhecimento teórico acerca do público para o qual irá traduzir. Além disso, os pesquisadores da área também têm dado maior destaque à teoria dos Estudos da Tradução, do Cinema e das di-

versas outras artes sendo descritas, do que à questão da audiência a quem a AD é dirigida. Poucos são os textos teóricos sobre AD, por exemplo, que apresentam capítulos sobre a deficiência visual. Quais os reflexos dessa realidade para a prática da AD?

A AD é uma modalidade tradutória assimétrica, isto é, ela é produzida por pessoas que não pertencem ao público-alvo. São videntes que traduzem obras para pessoas com deficiência visual, obras essas originalmente produzidas por videntes e para videntes. Logo, as decisões dos tradutores estão baseadas na sua imagem pessoal do que seja a deficiência visual e aquilo que acreditam melhor atender as necessidades e preferências do público-alvo. Entretanto, mesmo que sejam utilizadas estratégias como o uso de vendas de olhos, a experiência do “não ver” não pode ser reproduzida e, portanto, se não houver uma busca consciente por um maior conhecimento acerca da deficiência visual, a AD será produzida a partir de uma lógica visocêntrica.

O termo “visocentrismo”, também grafado como “visuocentrismo”, refere-se a um modo de conhecer e agir no mundo centrado no sentido da visão e que iguala o “ver” à normalidade, conferindo-lhe um *status* superior aos demais modos de percepção do mundo. Essa primazia concedida à visão sobre os demais sentidos tem uma longa tradição histórica. Gregos e romanos associavam o ato de “enxergar” ao de “conhecer”. A palavra ideia, por exemplo, tem origem no vocábulo grego *idein*, que significa “ver” (*qtd. in* Martins 49). O uso que fazemos de diversas metáforas visuais para denotar processos de natureza mental demonstra o quanto somos herdeiros dessa tradição:

Raras vezes despertam atenção as palavras de nosso cotidiano. Ali estão, disponíveis, costumeiras. ... Aceitamos discordâncias dizendo que cada qual tem direito ao seu ponto de vista ou à sua perspectiva, sem causar-nos estranheza o crermos que a origem das opiniões dependa do lugar de onde vemos as coisas e sem que nos detenha a palavra ‘perspectiva’. Se pretendemos assegurar que algo é efeti-

vamente verdadeiro, dizemos ser evidente e sem sombra de dúvida, porém não indagamos por que teríamos feito a verdade equivalente à visão perfeita – já que não pensamos com os olhos – nem por que teríamos associado dúvida e sombra, associação que transparece quando enfatizamos nossa certeza com um ‘mas é claro!’.... Aliás, não nos surpreende usarmos a expressão “ter (ou não ter) algo a ver” ao pretendermos afirmar (ou negar) relações entre coisas, pessoas ou fatos. Nem que, laconicamente, declaremos necessária uma consequência dizendo: ‘logo se vê’ ou ‘está-se vendo’. (Chauí 31-2)

Teóricos como Marshall McLuhan e Walter Ong discutiram o fenômeno do visocentrismo e atribuem grande importância ao advento da escrita e da imprensa nesse processo (*qtd. in* Classen 5-6). A invenção do alfabeto teria marcado o início da transformação de uma cultura dominada pela audição para uma cultura dominada pela visão, pois com a criação da escrita a visão teria passado a ser o mais importante meio para a aquisição de conhecimento. Essa transformação teria se intensificado com a invenção da imprensa, o advento das escolas públicas e o aumento dos níveis de escolaridade até ao ponto de termos nos transformado numa sociedade na qual há um claro predomínio da imagem. Stuart Ewen também faz uma análise que aponta o estágio visocêntrico no qual nos encontramos. Segundo o teórico, os produtos e valores da sociedade moderna seriam, antes de tudo, consumidos pelos olhos, uma vez que nos encontramos cercados, por exemplo, pela TV, pelos anúncios de revistas, por *outdoors*, logos de empresas e vitrines de lojas (*qtd. in* Classen 6). Ewen não faz referências à *internet*, mas a criação da rede mundial de computadores intensificou ainda mais o processo e hoje convivemos com redes de compartilhamento de fotos e vídeos como o *Instagram* e o *YouTube*, assim como fenômenos como a quase onipresença das *selfies* e dos *smartphones*.

Essa supervalorização da visão pode ser também exemplificada pelo medo suscitado por uma possível perda desse sentido. Os re-

sultados de uma pesquisa conduzida por uma equipe da *Johns Hopkins University School of Medicine*, em 2016, nos Estados Unidos,⁹ revelaram que 88% dos mais de dois mil entrevistados consideravam uma boa visão essencial para uma boa saúde e que 47% dessas pessoas acreditavam que a perda da visão traria o maior prejuízo para o seu dia-a-dia. Segundo o estudo, a maioria dos norte-americanos considerava a perda da visão pior do que a perda de um membro, da memória, da audição, da fala e do que doenças como a AIDS. A perda da visão parece ser, na realidade, um receio tão comum e universal que merece uma denominação específica na lista de fobias humanas: escotomafobia. Esse dado é particularmente revelador quando se percebe que não há registro de nenhuma fobia relacionada à perda de outro sentido humano.

Fica claro, portanto, o quanto a sociedade ocidental valoriza o sentido da visão e, conseqüentemente, o quanto a prática da AD sofre os reflexos dessa realidade. Enquanto integrantes de uma cultura visocêntrica, os audiodescriptores naturalmente tendem a reproduzir esse mesmo padrão; ainda mais porque a AD é uma atividade essencialmente dependente da visão, já que só se pode traduzir o conteúdo de um texto imagético quando se consegue enxergá-lo. No entanto, essa tarefa pode ser executada a partir de uma perspectiva compensatória ou não. É possível traduzir uma imagem tentando criar uma percepção “equivalente” à dos videntes, ou pode-se reconhecer e valorizar diferentes modos de percepção do mundo e tentar contribuir para que cada pessoa tenha condições de acessar textos imagéticos a seu próprio modo. Então, se o que se deseja é deixar para trás a lógica hierarquizante do visocentrismo, a perspectiva compensatória precisa ser abandonada em prol de um novo paradigma. Dedicamos a próxima seção a apresentar uma alternativa, a qual denominamos de paradigma emancipatório.

⁹ Para maiores informações a respeito do estudo, visitar: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27490785>> . Acesso: 14 fev. 2020.

3. O paradigma emancipatório

A análise empreendida na seção anterior demonstrou o destaque conquistado pela visão ao longo da história. Contudo, é preciso lembrar que esse sentido não é intrinsecamente superior aos demais. Pessoas com deficiência visual, por exemplo, privilegiam sentidos diferentes e constroem interpretações do mundo tão complexas e válidas quanto aquelas de um vidente. Devido à grande plasticidade do cérebro humano, seu córtex visual é ativado por substituição sensorial (*qtd. in* Sacks 182-3). Isso quer dizer que ele é acionado para a execução de tarefas de natureza não visual como a leitura em braille, a identificação de sons e cheiros, o processamento da linguagem, a memória e a formação de imagens mentais¹⁰ (*qtd. in* Röder *et al.* 930-36; Lambert *et al.* 2-10; Bedny *et al.* 4429-33). Outro dado interessante é que há cada vez mais indícios de que as interconexões e interações das áreas sensitivas do cérebro seriam extremamente ricas, ou seja, que nada seria, por exemplo, puramente visual, puramente auditivo ou puramente tátil. Os cegos, inclusive, estariam especialmente propensos a essas experiências intersensitivas e metamodais.

Todas essas descobertas são especialmente úteis para quem trabalha com AD e têm repercussões de ordem prática. O fato de que cegos parecem ter maior velocidade de processamento verbal (*qtd. in* Fryer 68) e de que seu córtex visual seja ativado através da lin-

¹⁰ Imagens mentais não são necessariamente visuais. Segundo Kastrup, imagens “são construídas com sinais provenientes de cada uma das modalidades sensoriais. Existem imagens visuais, auditivas, olfativas, gustativas e somatossensitivas (relativas ao tato, à temperatura e à dor, bem como aos sistemas muscular, visceral e vestibular)” (433). Ao relatar sua imagem mental de uma banana, uma cega diz: “É como se o cérebro forjasse uma banana na minha frente que eu posso palpar.... Enquanto que, para quem enxerga, provavelmente, se forma um instantâneo visual, para o cego se forma um instantâneo tátil. Depois ele ganha outros atributos. Mas ele ganha outros atributos se ele tiver o esteio da experiência tátil. Há o atributo do olfato, do paladar... Mas a preponderância, para mim pelo menos, quando eu me observo imaginando, produzindo, a preponderância é da experiência tátil. Talvez porque eu seja cega congênita, seja cega de nascença” (Kastrup 436).

guagem depõe a favor da eficácia e relevância da AD. Além disso, o fato de que cegos sejam mais propensos a experiências intersensitivas e metamodais aponta a importância da utilização de figuras de linguagem como a sinestesia e da associação da própria AD a *inputs* de outra natureza (reproduções táteis em 3D, música, cheiros, gostos etc.) para a criação de experiências multissensoriais. Reconhecer as particularidades do público-alvo e trabalhar a partir delas é a chave para conseguirmos superar a lógica compensatória. Em termos práticos, é preciso abandonar a crença de que se deve descrever tentando igualar a experiência de videntes e pessoas com deficiência visual. O que importa é garantir ao público primário da AD o tipo de informação que ele precisa e/ou deseja no momento em que ele dela necessita para que ele possa fruir a seu próprio modo os textos sendo descritos; mesmo que a informação oferecida seja diferente daquela de que dispõe o público vidente.

Para ilustrar essa ideia, podemos citar a questão da nomeação de personagens em filmes. Em geral, espera-se até que seus nomes sejam usados na própria trama para poder fazê-lo no roteiro de AD, ou seja, espera-se até o exato momento em que os videntes obteriam essa informação para oferecê-la ao público com deficiência visual. O que poderia justificar uma decisão como essa? Por que dar preferência a sentenças longas e confusas (“O homem de boné azul e a senhora de vestido preto vão até a casa da mulher ruiva.”) a usar esses segundos preciosos para descrever outros aspectos mais relevantes da obra? Por que trazer uma sobrecarga desnecessária ao processo cognitivo dos espectadores cegos ou com baixa visão?

É preciso lembrar que, enquanto os espectadores videntes podem contar tanto com o vídeo, quanto com o áudio, o público com deficiência visual acompanha o filme apenas pelo canal acústico e constrói toda a história a partir da banda sonora original e das pistas concedidas pela AD. Se o objetivo da AD é ajudar o público a fruir o filme, essa não nos parece a estratégia mais adequada para atingir esse fim. Nomear os personagens o quanto antes ajudaria o público a correlacionar cada um a sua voz. Conhecendo desde cedo o nome dos personagens, portanto, ficaria

mais fácil para o cego simplesmente relaxar e curtir o filme. E o papel do audiodescritor, num contexto como esse, não é justamente o de assegurar que isso seja possível?

Gostaríamos, inclusive, de dar um passo além e sugerir que, sempre que possível, durante os créditos iniciais de um filme, por exemplo, os atores que estariam interpretando cada personagem pudessem ser identificados (“Ator/Atriz tal no papel de tal personagem”). Desse modo, caso os atores fossem conhecidos, não só suas vozes já seriam identificadas e associadas a seus personagens, como a tarefa de descrever esses personagens mais tarde também poderia ser facilitada, já que o público poderia estar familiarizado com os traços físicos desses atores famosos.¹¹

Essa e as demais sugestões presentes nesta seção procuram exemplificar como a AD pode ser uma modalidade tradutória cuja prática leve em consideração as especificidades de seu público-alvo. Ao se adotar essa perspectiva, o objetivo precípua da AD deixa de ser garantir às pessoas com deficiência visual uma percepção “equivalente” àquela dos videntes, para ser o de contribuir para que essas pessoas tenham condições de fruir produtos audiovisuais a seu próprio modo. Logo, a AD perde seu caráter compensatório, ou seja, aquele segundo o qual o recurso teria o papel de quase devolver a visão a quem não vê, para se tornar um veículo de empoderamento e de garantia de direitos. Sob esse viés, o audiodescritor deixa de lado a lógica visocêntrica e a pretensão de igualar experiências para trabalhar levando em consideração o direito à subjetividade da pessoa cega. Consequentemente, ao se traduzir a partir dessa perspectiva, a AD é revestida de um novo significado. Esse seria, portanto, um novo paradigma, a alternativa à lógica compensatória que denominamos de **paradigma emancipatório**.

¹¹ As sugestões apresentadas não devem ser encaradas como regras absolutas. Há situações nas quais se deve evitar a nomeação precoce dos personagens. Em certos filmes de mistério, por exemplo, a identidade dos personagens precisa ser mantida em segredo para não estragar o suspense do filme.

4. Considerações Finais

A AD é uma modalidade de tradução altamente complexa e, essencialmente, dependente da visão. No entanto, ela pode ser executada a partir de uma perspectiva visocêntrica e compensatória, ou não.

A adoção de uma perspectiva compensatória se mostra contra-producente não só por ignorar as preferências e necessidades do público-alvo da AD, trazendo sobrecarga ao processo cognitivo da audiência primária e prejudicando a qualidade final das traduções, mas também por resgatar conceitos extremamente problemáticos, como o ideal de equivalência e o modelo médico de deficiência.

Neste texto apresentamos uma alternativa a essa perspectiva compensatória denominada de paradigma emancipatório. Em nossa opinião, o paradigma emancipatório é a chave para alcançarmos ADs de qualidade. Através da adoção dessa nova perspectiva podemos superar a lógica redutora que transforma a AD em uma ferramenta assistencialista e, finalmente, alcançar um patamar mais alinhado com o que atualmente se entende por inclusão e acessibilidade. Esperamos, portanto, que a leitura deste trabalho venha a contribuir nesse sentido, suscitando reflexões sobre a natureza e o papel da AD e estimulando uma postura mais crítica e uma atitude mais ética com relação ao exercício da atividade.

Referências

Asociación Española de Normalización y Certificación. *UNE 153020: Audiodescripción para personas con discapacidad visual. Requisitos para la audiodescripción y elaboración de audioguías*. Madrid: AENOR, 2005.

Bedny, Marina; Pascual-Leone, Alvaro; Dodell-Feder, David; Fedorenko, Evelina; e Saxe, Rebecca. "Language processing in the occipital cortex of

congenitally blind adults”. *Proceedings of the National Academy of Science of the United States of America (PNAS)* 108.11 (2011): 4429-4434. Portal PNAS. 17/02/20. <<https://www.pnas.org/content/108/11/4429>> .

Gabrilli, Mara. *Cartilha da Lei Brasileira de Inclusão*. N.p: n.p., 2016. Site da senadora Mara Gabrilli. <<https://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2019/07/Guia-LBI-int.pdf>> .

Carletto, Ana Cláudia; Cambiaghi, Silvana. *Desenho universal: um conceito para todos*. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008. Site da senadora Mara Gabrilli. 17/02/20. <http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf> .

Chauí, Marilena. “Janela da Alma, Espelho do Mundo”. *O Olhar*, Novaes, Aduino (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 31-63.

Classen, Constance. *Worlds of sense: exploring the senses in history and across cultures*. London/New York: Routledge, 1993.

Costa, Larissa Magalhães. *Audiodescrição em filmes: história, discussão conceitual e pesquisa de recepção*. Tese de doutorado – PUC-Rio, 2014.

Díaz Cintas, Jorge. “Audiovisual translation today: a question of accessibility for all”. *Translating Today*. 4 (2005): 3-5. Imprensa

Diniz, Débora; Barbosa, Lívia; Santos, Wenderson. “Deficiência, direitos humanos e justiça”. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*. 6.11 (2009): 65-77. Portal SciELO. 17/02/20. <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>> .

Fryer, Louise. *Putting it into words: the impact of visual impairment on perception, experience and presence*. Tese de doutorado – University of London, 2013.

Hyks, Veronika. “Audio description and translation: two related but different skills”. *Translating Today*. 4 (2005): 6-8. Imprensa.

Kastrup, Virginia. “‘Será que cegos sonham?’: o caso das imagens táteis distais”. *Psicologia em Estudo*. 18.3 (2013): 431-440. Portal SciELO. 17/02/20. <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v18n3/v18n3a04.pdf>> .

Lambert, S.; Sampaio, E.; Mauss, Y.; Scheiber, C. “Blindness and brain plasticity: contribution of mental imagery? An fMRI study”. *Cognitive Brain Research*. 20.1 (2004): 1-11. Portal do NCBI. 17/02/20. <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15130584>> .

Limbach, Christiane. *La neutralidad en la audiodescripción* fílmica desde un punto de vista traductológico. Tese de doutorado – Universidad de Granada, 2012.

Martins, Bruno S. *E Se Eu Fosse Cego? Narrativas Silenciadas da Deficiência*. Porto: Editora Afrontamento, 2006.

Röder, Brigitte; Stock, Oliver; Bien, Siegfried; Neville, Helen; e Rösler, Frank. “Speech processing activities visual cortex in congenitally blind humans”. *European Journal of Neuroscience*. 16.5 (2002): 930-936. Portal ResearchGate. 17/02/20. <https://www.researchgate.net/publication/11087851_Speech_processing_activates_visual_cortex_in_congenitally_blind_humans> .

Sacks, Oliver. *O olhar da mente*. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Seoane, Alexandra Frazão. *A priorização de informação em roteiros de audiodescrição: o que o rastreamento ocular nos tem a dizer?* Dissertação de mestrado - UECE, 2012.

Silva, Manoela Cristina Correia Carvalho da. *Com os olhos do coração: estudo acerca da audiodescrição de desenhos animados para o público infantil.* Dissertação de mestrado - UFBA, 2009.

Recebido em: 17/12/2020

Aceito em: 15/03/2021

Publicado em maio de 2021

Manoela Cristina Silva. E-mail: penteacher2@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9613-6783>.

Alessandra Barros. E-mail: alssb66@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3347-6323>.